

ENTRE O DEVER E O SOFRIMENTO: A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA

BETWEEN DUTY AND SUFFERING: THE MENTAL HEALTH OF PUBLIC SAFETY

ENTRE EL DEBER Y EL SUFRIMIENTO: LA SALUD MENTAL DE LOS PROFESIONALES DE LA SEGURIDAD PÚBLICA

Moacir José Stevanato Chiari¹

RESUMO: A saúde mental dos profissionais de segurança pública, especialmente dos policiais, tem sido objeto de diversas pesquisas acadêmicas, devido as intensas exigências emocionais, físicas e psicológicas impostas pela profissão. A constante exposição a situações de risco, violência e pressão institucional contribui significativamente para o desenvolvimento de transtornos como estresse pós-traumático, depressão, ansiedade e Síndrome de Burnout. Além disso, a cultura organizacional das corporações policiais, frequentemente marcada por uma postura de negação da vulnerabilidade emocional, dificulta a busca por apoio psicológico e favorece o adoecimento psíquico. Diante desse cenário, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que priorizem a saúde mental dos agentes de segurança, por meio de programas preventivos, acompanhamento psicológico contínuo e ações de valorização profissional. Este artigo propõe refletir sobre os principais desafios enfrentados por esses profissionais e a urgência de medidas institucionais que assegurem condições de trabalho mais humanas e saudáveis.

1601

Palavras-chave: Saúde mental. Segurança pública. Policiais. Estresse ocupacional. Políticas públicas.

ABSTRACT: The mental health of public safety professionals, especially police officers, has been the subject of several academic studies, due to the intense emotional, physical and psychological demands imposed by the profession. Constant exposure to situations of risk, violence and institutional pressure contributes significantly to the development of disorders such as post-traumatic stress, depression, anxiety and Burnout Syndrome. In addition, the organizational culture of police forces, often marked by a denial of emotional vulnerability, makes it difficult to seek psychological support and favors mental illness. Given this scenario, it is essential to develop effective public policies that prioritize the mental health of security agents, through preventive programs, continuous psychological monitoring and professional development actions. This article proposes to reflect on the main challenges faced by these professionals and the urgency of institutional measures that ensure more humane and healthy working conditions.

Keywords: Mental health. Public safety. Police officers. Occupational stress. Public policies.

¹Pós-graduado em Direito Militar 2020, Faculdade Faveni. Pós- Graduado em Direito Civil 2024, pela Faculdade Fasul. Graduado em Gestão Pública 2012, pelo Instituto Federal do Paraná, IFPR. Policial Militar do Estado do Paraná.

RESUMEN: La salud mental de los profesionales de la seguridad pública, especialmente los policías, ha sido objeto de diversos estudios académicos, debido a las intensas demandas emocionales, físicas y psicológicas que impone la profesión. La exposición constante a situaciones de riesgo, violencia y presión institucional contribuye significativamente al desarrollo de trastornos como el estrés postraumático, depresión, ansiedad y síndrome de Burnout. Además, la cultura organizacional de las fuerzas policiales, a menudo marcada por una postura de negación de la vulnerabilidad emocional, dificulta la búsqueda de apoyo psicológico y fomenta las enfermedades mentales. Ante este escenario, es fundamental desarrollar políticas públicas efectivas que prioricen la salud mental de los agentes de seguridad, a través de programas preventivos, seguimiento psicológico continuo y acciones de desarrollo profesional. Este artículo propone una reflexión sobre los principales desafíos que enfrentan estos profesionales y la urgencia de medidas institucionales que aseguren condiciones de trabajo más humanas y saludables.

Palabras clave: Salud mental. Seguridad pública. Agentes de policía. Estrés ocupacional. políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O trabalho dos agentes de segurança pública, particularmente os policiais, apresenta uma variedade de desafios e perigos que impactam não só o corpo, mas também a mente. O enfrentamento contínuo da violência, a cobrança por resultados e a dureza das estruturas institucionais favorecem o aparecimento de sinais de enfermidade mental leva a crer que a carreira policial é uma das mais exigentes tanto fisicamente quanto emocionalmente. (COLETA, 2008).

1602

Diariamente, esses profissionais lidam com situações de violência, risco de morte, pressão hierárquica e exigências institucionais, fatores que podem afetar profundamente sua saúde mental. Apesar disso, por muito tempo, os impactos psicológicos decorrentes dessa rotina foram ignorados pelas políticas públicas e pelas próprias instituições de segurança.

A pouco tempo atrás, com o aumento dos casos de afastamentos, suicídios e relatos de sofrimento psíquico, o debate sobre a saúde mental dos policiais vem ganhando espaços nas discussões.

O adoecimento mental compromete não só o bem-estar individual dos agentes, mas também a qualidade do serviço prestado à sociedade. Discutir o tema é, portanto, uma forma de contribuir para políticas públicas mais eficientes e humanizadas. Neste contexto, este artigo analisa os fatores que impactam a saúde mental dos policiais e discutir a importância do cuidado psicológico como parte da valorização profissional e da eficácia na segurança pública.

A escolha do tema justifica-se pela relevância social e humana do problema. O aumento de afastamentos por transtornos mentais e os altos índices de suicídio entre policiais revelam a

gravidade da situação. Além disso, o bem-estar desses profissionais está diretamente relacionado à qualidade do serviço prestado à sociedade.

CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Federal de 1988, descreve em seu artigo 144, que “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. (BRASIL, 1988).

A Segurança Pública é definida pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, como um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Ela compreende um conjunto de ações e políticas voltadas à preservação da ordem pública, da integridade das pessoas e da proteção do patrimônio. Essa função é exercida por meio de instituições como as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e Guardas Municipais. (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, o policial é o agente de linha de frente, responsável por tornar efetiva a atuação do estado nas ruas, comunidades e territórios. Sua função vai além da repressão ao crime, estendendo-se à mediação de conflitos, atendimento emergencial, prevenção da violência e garantia dos direitos fundamentais.

A polícia de hoje deve ter um papel diferente do de fazer somente cumprir a lei e manter a ordem na base da força. Ela deve ser encarada como um serviço público essencial, a disposição da população. Esta concepção é diametralmente oposta à concepção tradicional, pois muda o destinatário da ação da polícia, fazendo prevalecer o conceito de proteção sobre o de repressão. Agora o destinatário do serviço policial vai ser a população como um todo, que vai contar com estes serviços para orientá-la, ajudá-la e protegê-la contra os criminosos certos e determinados. (SILVA, 2008, P.139).

Entretanto, essa responsabilidade vem acompanhada de intensa carga emocional, exposição à violência, riscos físicos, estresse constante e exigências psicológicas. Por isso, compreender o papel do policial no sistema de segurança pública é essencial para reconhecer a complexidade de sua atuação e a necessidade de políticas que assegurem sua saúde mental e emocional.

Pesquisa desenvolvida por Gomes 2021, destaca que nos anos 2022 e 2023, houve redução de 2,3% na taxa de homicídio por 100 mil habitantes no Brasil. Alguns veem a competência da Polícia Militar para a preservação da Ordem Pública de forma abrangente, deduzindo diretamente do texto constitucional que essa atribuição abrange todas as outras que são especificadas para os demais órgãos.

Assim, a Polícia Militar atua como um verdadeiro reforço na segurança pública, apoiando os demais órgãos em suas funções essenciais, ao mesmo tempo que exerce um papel maior de regulador das condutas da sociedade.

No entanto os policiais encontram em grande parte adoecidos devido as más condições para a execução de suas tarefas, extensa carga horária de trabalho e o iminente perigo de acidente de vitimização, bem como a desvalorização em relação à saúde mental dos funcionários. (MINAYO et al., 2007). Também contribui para esse adoecimento a baixa remuneração o que leva o funcionário a ter que ter outra atividade para complementar a renda no seu horário de descanso.

SAÚDE MENTAL COMO DIREITO E CONDIÇÃO DE TRABALHO PARA O POLICIAL

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar em que o indivíduo reconhece suas capacidades, pode lidar com as tensões normais da vida, trabalhar produtivamente e contribuir para sua comunidade. No contexto do trabalho, a saúde mental deve ser compreendida como parte das condições adequadas de exercício profissional.

A saúde mental não é apenas um bem individual, mas um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, integrando o conceito de saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social” (BRASIL, 1988).

No caso dos profissionais da segurança pública, esse direito assume um papel ainda mais relevante, pois está diretamente relacionado à qualidade da atuação policial, à prevenção da violência institucional e à proteção da população. A função do policial pode ser definida como: “Exposição ao perigo, perigos iminentes, horários de exposição ao perigo. Condições de trabalho, alimentação e exposição a agentes nocivos”. (BORGES, 2013).

Como funcionário público, o policial deve ter asseguradas condições de trabalho adequadas, o que engloba apoio psicológico, ambiente salutar, prevenção de doenças mentais e acesso a tratamento quando for preciso. Contudo, na realidade, a saúde mental é muitas vezes deixada de lado nas políticas internas das empresas e nos programas de treinamento e capacitação. (FERREIRA, 2017).

A falta de assistência estruturada contribui para o agravamento de situações de angústia psicológica, enfermidade crônica e afastamentos. Portanto, garantir a saúde mental dos agentes de segurança não é apenas uma obrigação legal do estado, mas também uma obrigação ética e

funcional, uma vez que afeta diretamente a eficácia e a humanização das atividades de segurança pública. A saúde mental precisa ser incorporada à estratégia de valorização profissional, sendo tratada com a mesma seriedade que outros direitos laborais, como remuneração justa, jornada de trabalho apropriada e proteção física.

Os agentes, em conjunto com outros especialistas em segurança pública, têm um papel fundamental na defesa e segurança das cidades, lutando contra delitos como roubos, tráfico, homicídios e outros. (SOUZA et al., 2007).

Os fatores de estresse aos quais o policial é exposto no desempenho de suas funções podem ser entendidos como um processo de angústia psíquica que afeta suas respostas às exigências do trabalho. (ASSIS; ROZA; BERNARDINO, 2020). “O sofrimento psíquico dos profissionais da segurança pública não é um problema individual, mas uma questão coletiva, estrutural e institucional” (Minayo & Souza, 2013).

Esta percepção requer a implementação de políticas públicas intersetoriais que unam saúde, segurança e assistência psicossocial, além de medidas eficazes de prevenção, acolhimento e tratamento de distúrbios mentais, isso pode amenizar até atos violentos entre os colegas policiais. A violência que ocorre entre os próprios membros das corporações policiais. Esse fenômeno inclui práticas como assédio moral, humilhação, intimidações, agressões físicas e até episódios mais graves, como homicídios e suicídios relacionados ao ambiente de trabalho. Essa violência entre colegas não é um fenômeno isolado, mas parte de uma cultura institucional que normaliza comportamentos abusivos e despreza a necessidade de apoio emocional e psicológico para os profissionais. (CNN, 2024).

1605

A ROTINA POLICIAL E O DESGASTE EMOCIONAL

A literatura pesquisa aponta que policiais estão entre os profissionais com maior risco de desenvolver transtornos mentais. Estudo realizado por Minayo et al. (2019) aponta que o ambiente de trabalho marcado por violência, pressão hierárquica e falta de reconhecimento contribui para o adoecimento psíquico. Ademais, o convívio com a morte, o temor incessante, as jornadas desgastantes e a exigência de manter um equilíbrio emocional geram dor psicológica duradoura.

A carreira militar tem especificidades que podem apresentar-se como nocivas à saúde do policial, como a exposição a situações de risco e a privação do sono, em função dos turnos de trabalho. Assim, a rotina de trabalho, bem como os hábitos adotados, pode ser fator determinante no surgimento de diversos fatores de risco para a saúde dos policiais e o comprometimento da quantidade e qualidade do sono. (BERNARDO et al., 2018).

O papel atribuído à polícia militar, conforme definido na Constituição. A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 144, §5º, define "polícia ostensiva e preventiva". Salvaguarda da ordem pública. Portanto, a ação da polícia deve seguir o que é estabelecido pela lei. Protegido por suas atribuições constitucionais, possui o monopólio do monopólio. Uso adequado da força, caso seja necessário. (BRASIL, 1988).

No sistema de segurança do Brasil o policial tem a função de patrulhamento ostensivo para garantir a ordem pública evitar delitos e assegurar a segurança no trânsito em ações de proteção civil e na salvaguarda da fauna. (BRASIL, 1988).

Há uma rotina muito grande de trabalho para os trabalhadores da segurança pública e isso causa algumas doenças que prejudica a saúde mental dessas profissionais, principalmente os policiais, síndrome de Burnout é uma delas.

A Síndrome de Burnout afeta predominantemente uma pessoa que interage com o público, médicos, enfermeiros, profissionais de saúde em geral, professores policiais e outros são as profissões mais impactadas. Esses profissionais parecem desmotivados e pouco compreensivos, quando se trata de entender os outros de maneira distante e desumanizada os seus pacientes, atribuindo-lhes a culpa pelos problemas que enfrentam. (LOPES, 2020).

A cultura institucional das forças policiais frequentemente naturaliza a resistência emocional e silencia manifestações de sofrimento. Segundo Souza e Pires (2021), expressar fragilidade pode ser interpretado como fraqueza ou falta de preparo, o que desestimula os profissionais a buscar ajuda psicológica. Em muitos casos, a pressão constante e o ambiente permeado por situações de risco podem sobrecarregar emocionalmente a pessoa, dificultando ainda mais a busca por motivos para seguir adiante e encontrar alegria na vida.

Muitos policiais, além de sofrerem grande mais comum de um fazer profissional de quem atua em segurança pública a carga de estresse e medo na vida profissional, quando estão de folga, sem farda, acabam sendo perseguidos e mortos, ou tendo suas famílias sequestradas e ameaçadas.

Nessa direção, Souza e Minayo et. al. (2012, p. 1) trazem à tona a realidade dos constantes perigos que o policial militar enfrenta no exercício de sua profissão, que frequentemente o fazem sentir medo, tanto de ser identificado como um agente de segurança durante as folgas, aumentando o risco de ser vítima, quanto de ser atacado e morto durante o exercício de suas funções.

Estudos mostram que a prevalência de quadros depressivos e de ansiedade generalizada entre policiais é significativamente maior do que em outras categorias profissionais (Silva & Ferreira, 2020). O medo constante, o ambiente de trabalho hierarquizado e a carga emocional acumulada contribuem para o desenvolvimento desses transtornos.

Outro fator que elava ao sofrimento psíquico é à baixa remuneração, o policial se obriga a fazer serviços extras, famosos bicos, saída de sua escala de serviço estressante e já fazendo os bicos, aumentado a carga horária de trabalho.

A CULTURA INSTITUCIONAL E O SILENCIAMENTO DO SOFRIMENTO

A cultura organizacional das instituições de segurança pública ainda carrega marcas do autoritarismo, da hierarquia rígida e da valorização da resistência física e emocional. Nesse cenário, demonstrar fragilidade psíquica é visto como fraqueza ou sinal de incapacidade para o serviço.

Segundo Souza e Pires (2021), muitos policiais internalizam a ideia de que buscar ajuda psicológica é incompatível com o perfil do “bom policial”. Esse estigma impede que os profissionais acessem os serviços de apoio disponíveis, quando existem, agravando ainda mais a situação de sofrimento. Além disso, há pouca capacitação dos gestores e comandantes para identificar sinais de adoecimento mental nas equipes. A ausência de uma escuta qualificada e de um ambiente acolhedor dificulta a prevenção e a intervenção em situações de risco.

O adoecimento psíquico dos policiais não impacta apenas os indivíduos, mas também a qualidade do serviço prestado à população. Profissionais exaustos emocionalmente tendem a agir de forma impulsiva, têm dificuldades de concentração e relacionamento interpessoal, e estão mais propensos a cometer erros. O desgaste mental aumenta os índices de absenteísmo, aposentadorias precoces e afastamentos por licença médica, gerando impacto direto sobre a estrutura das corporações e os cofres públicos. (MINAYO, 2008).

Nos últimos anos, algumas iniciativas vêm sendo desenvolvidas por órgãos públicos e por corporações policiais no Brasil, com o objetivo de promover a saúde mental dos profissionais da segurança pública. Entre os programas mais relevantes está o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública – Proteger, instituído pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2020. Seu foco é a atenção psicossocial, prevenção do suicídio e promoção do bem-estar no trabalho. (BRASIL, 2022).

Outra iniciativa é a criação do Programa de Atenção Psicossocial Prumos, da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP-PR), visa fomentar o bem-estar e a saúde mental dos profissionais de segurança pública, incluindo agentes penitenciários, peritos, policiais, bombeiros e seus familiares. O programa tem como objetivo fornecer suporte emocional e psicológico a esses profissionais, reconhecendo as características únicas e os obstáculos inerentes às suas funções. O Prumos ganhou destaque em 2021 ao participar do 18º Prêmio Inovare, que visa incentivar práticas que simplifiquem o acesso da população à justiça. (PARANÁ, 2021).

No entanto, apesar dessas iniciativas, o alcance dos programas ainda é limitado. A maioria das ações está concentrada em grandes centros urbanos ou em níveis de comando estadual e federal, com pouca efetividade nas unidades de base. Além disso, não há padronização nas políticas de apoio psicológico entre os diferentes estados e corporações, o que gera desigualdades na oferta de cuidado.

Outro desafio importante é a falta de profissionais especializados em saúde mental dentro das corporações. Muitos batalhões não contam com psicólogos ou assistentes sociais, e, quando esses profissionais estão presentes, enfrentam sobrecarga de trabalho e pouca valorização institucional.

A falta de continuidade das políticas públicas também é um fator crítico. Mudanças de governo, cortes orçamentários e ausência de planejamento estratégico dificultam a manutenção de programas de suporte psicossocial no longo prazo.

Aprovado pelo Decreto No 10.822, o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa 2021-2030 foi estabelecido em 28 de setembro de 2021, que tem como metas: “estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública” (BRASIL, 2021).

Diante do cenário apresentado, torna-se urgente a formulação e implementação de estratégias sólidas para o enfrentamento dos problemas de saúde mental na segurança pública. Algumas propostas, com base na literatura e em experiências exitosas, segundo a Secretaria de Atenção à Saúde, incluem:

a) Implantação de Núcleos Permanentes de Saúde Mental nas corporações: cada batalhão ou delegacia deveria contar com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, assistente social e médico psiquiatra. Esses núcleos atuariam tanto na prevenção quanto na

escuta e no tratamento de casos identificados, promovendo uma cultura institucional de cuidado.

b) Capacitação de gestores e lideranças: é essencial formar comandantes e supervisores para reconhecer sinais de adoecimento emocional em seus subordinados. A liderança empática pode ser uma ferramenta decisiva para a criação de um ambiente de trabalho mais saudável.

c) Campanhas internas de combate ao estigma: campanhas educativas dentro das corporações, que incentivem o autocuidado e desmitifiquem a busca por ajuda psicológica, são fundamentais para romper a cultura do silêncio. O uso de linguagem acessível, apoio de lideranças e divulgação de histórias de superação pode tornar o tema mais próximo e humano.

d) Acompanhamento periódico de saúde mental: assim como já existem exames físicos regulares, os policiais devem ter acesso a avaliações psicológicas periódicas, com caráter preventivo e sem caráter punitivo, visando garantir a saúde emocional ao longo da carreira.

e) Investimento contínuo em políticas públicas estruturadas (Brasil, 2011). O combate ao adoecimento mental dos profissionais da segurança pública deve ser uma política de Estado, e não apenas de governo. Isso exige financiamento adequado, mecanismos de monitoramento e avaliação, e articulação com o sistema público de saúde.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e bibliográfico, com o objetivo de compreender os impactos da atividade policial sobre a saúde mental dos profissionais da segurança pública no Brasil. A abordagem qualitativa permite a análise aprofundada dos significados, experiências e contextos vivenciados pelos policiais, elementos essenciais para a compreensão do sofrimento psíquico no ambiente ocupacional.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, sendo fundamentada em livros, artigos científicos, teses, dissertações e relatórios institucionais sobre saúde mental, segurança pública, condições de trabalho e políticas públicas. Essa escolha se justifica pela necessidade de reunir diferentes perspectivas teóricas e empíricas já consolidadas sobre o tema.

CONCLUSÃO

A saúde mental dos profissionais da segurança pública é um tema de relevância urgente e crescente, considerando o contexto de pressões constantes, exposição à violência, jornadas exaustivas e condições de trabalho muitas vezes precárias. Esses fatores, somados à falta de

políticas públicas eficazes de cuidado psicológico e ao estigma ainda presente em torno da saúde mental nas corporações, contribuem para o adoecimento psíquico de policiais, bombeiros, agentes penitenciários e demais profissionais da área.

Ao longo deste trabalho, foi possível observar que transtornos como depressão, ansiedade, síndrome de Burnout e até o suicídio têm afetado significativamente esses trabalhadores. Além disso, a cultura institucional muitas vezes reforça o silêncio diante do sofrimento, impedindo a busca por ajuda adequada.

Diante desse cenário, é fundamental que os órgãos de segurança pública e o Estado assumam a responsabilidade de implementar políticas de prevenção, acompanhamento psicológico contínuo, programas de valorização profissional e espaços seguros para o diálogo sobre saúde mental. A formação inicial e continuada também deve incluir conteúdos voltados à saúde emocional e à inteligência emocional.

A análise da saúde mental dos profissionais da segurança pública evidencia um cenário preocupante, marcado por altos níveis de estresse ocupacional, transtornos psíquicos e uma cultura institucional que, muitas vezes, desestimula a busca por ajuda. A sobrecarga emocional vivida por esses trabalhadores, associada a longas jornadas, risco constante de vida e relações hierárquicas rígidas, contribui para o adoecimento mental e compromete tanto o desempenho profissional quanto a qualidade de vida pessoal.

1610

Além disso, a formação inicial e continuada dos agentes de segurança deve incorporar conteúdos voltados à promoção da saúde mental, ao desenvolvimento de competências emocionais e à desconstrução de estigmas que ainda pairam sobre o sofrimento psíquico no ambiente policial.

Por fim, cuidar da saúde mental desses profissionais não é apenas uma questão de bem-estar individual, mas também de garantir a eficácia, a humanidade e a integridade das instituições que zelam pela segurança da sociedade. Promover esse cuidado é, portanto, uma responsabilidade coletiva e um passo essencial rumo a uma segurança pública mais justa, eficiente e humanizada.

REFERÊNCIAS

ASSIS, B. B.; DA ROZA, A. C. C.; BERNARDINO, A. V. S. **Da farda ao fardo: estresse, ansiedade e depressão no cotidiano do policial militar.** Revista Mosaico, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.72-77, 2020. Disponível em: editora.universidadedevassouras.edu.br. Acessado em: maio, 2025.

BERNARDO, Valdeni Manoel et al. **Atividade física e qualidade de sono em policiais militares. Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 131- 137, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892018000200131&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio. 2025

BORGES, Francisca E. et al. **Fatores de risco para a Síndrome de Burnout em profissionais da saúde durante a pandemia de COVID-19**. Revista Enfermagem Atual In Derme, Rio de Janeiro, v.95, n. 33, p. e-021006, 2021. Disponível em: Acesso em 11 maio.2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública – Proteger. Brasília: MJSP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mjsp/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 10.822, de 28 de setembro de 2021**. Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Brasília/DF: Diário Oficial da União, seção 1, p. 3, 29 set. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.822-de-28-de-setembro-de-2021-348271076>. Acesso em: 10 de maio 2025.

CNN BRASIL. **MORTES COMETIDAS POR POLICIAIS EM SERVIÇO AUMENTARAM 78,5% NOS PRIMEIROS OITO MESES DE 2024** <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mortes-cometidas-por-policiais-aumentam-785-em-2024-em-sp-diz-sou-da-paz/>. Acesso em 31 de maio de 2025.

COLETA, A. S. M.; COELTA, M. F. **Fatores de estresse ocupacional coping entre os policiais civis**. Psico – USF, São Paulo, V.13, n.1, p. 59-68, jan/jun 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/ZPnZFvLpPSP6zwPGq6v53XP/abstract/?lang=pt>. Acessado em: mai, 2025.

1611

FERREIRA, L. B.; SANTOS, M. A. F.; PAULA, K. M.; MENDONÇA, J. M. B.; CARNEIRO, A. F. **Risco de Adoecimento no Trabalho: Estudo com Policiais Militares de um Batalhão de Polícia de Brasília**. Gestão e Sociedade, v. 11, n. 29, p. 1804-1829, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/44917/risco-de-adoecimento-no-trabalho--estudo-com-policiais-militares-de-um-batalhao-de-policia-de-brasilia>. Acessado em: mai, 2025.

GOMES, Antonio José Ferreira. **O Trabalho Policial e suas Implicações na Saúde Mental**, Unital .MG 2021.

LOPES, Flávia A. **Síndrome de Burnout: a avaliação médica pericial e implicações técnicos legais**. Revista Especialize On-line IPOG, Goiânia, v.1, n.16, 2018. Disponível em: Acesso em 20 mai.2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Exposição à violência e saúde mental dos policiais militares**. Cadernos de Saúde Pública, v. 27, n. 7, p. 1477-1486, 2019.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde de policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde Mental**: fortalecendo nossa resposta. Genebra, 2018.

POLÍCIA MILITAR. **O que é polícia ostensiva**. Disponível em. Acesso em 16 de maio de 2025.

SILVA, Adriana L.; FERREIRA, Lucas M. **Transtornos mentais comuns entre policiais militares**: uma revisão integrativa. *Revista Psicologia & Saúde*, v. 12, n. 2, p. 45-58, 2020.

SILVA, Jorge da. **Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SOUZA, Bruna C.; PIRES, Jeferson A. **Cultura institucional e sofrimento psíquico na polícia militar**: entre o silêncio e o adoecimento. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 110-125, 2021.

SOUSA, R. C., & Barroso, S. M. **Fatores associados ao adoecimento emocional de policiais militares**. *Avaliação Psicológica*, 2023.